

## A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NO CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO

Fernanda Alvarenga REZENDE

Giselly de Oliveira LIMA

*Universidade Federal de Uberlândia – UFU*

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo discutir, com base nos pressupostos da Linguística Aplicada e da Sociolinguística, questões pertinentes à variação e ao ensino de Língua Portuguesa, promovendo uma reflexão acerca dos diferentes usos da linguagem. A variação faz parte da língua e precisa ser respeitada. Ainda que exista uma variante padrão que é ensinada nas escolas e que está bastante associada com a escrita, é necessário entender que os dialetos não estão relacionados com o erro e, menos ainda, com prejuízos que a língua possa vir a sofrer. Portanto, não há variante melhor ou pior do que outra, mas, sim, variantes diferentes, que variam de acordo com o contexto em que são usadas.

**Palavras-Chave:** Variação. Ensino. Professor de língua materna.

## THE LANGUAGE VARIATION IN THE BRAZILIAN SCHOOL CONTEXT

**Abstract:** Based on the assumptions of applied linguistics and sociolinguistics, this article aims to discuss relevant questions about variation and teaching of Portuguese Language by promoting a reflection about the different uses of language. The variation is part of the language and must be respected. Although there is a standard variant which is taught at schools and is closely associated with writing, it is necessary understand that the dialects are not related to the error or with prejudices that language may suffer. So, there is no variant better or worse than another, but rather different variants, which vary according to the context in which they are used.

**Keywords:** Variation. Teaching. Teacher mother language.

## LA VARIACIÓN LINGÜÍSTICA EN EL CONTEXTO ESCOLAR BRASILEÑO

**Resumen:** Este artículo objetiva discutir, con base en los presupuestos de la Lingüística Aplicada y de la Sociolingüística, cuestiones pertinentes a la variación y a la enseñanza de la Lengua Portuguesa, promoviendo una reflexión hacia los diferentes usos del lenguaje. La variación hace parte de la lengua y necesita ser respetada. Aunque exista una variante estándar que es enseñada en las escuelas y que se encuentra muy asociada a la escritura, además es necesario comprender que los dialectos no están relacionados al error y, que peor aún, a perjuicios que

la lengua pueda sufrir. Por lo tanto, no hay variante mejor o peor que otra, sino variantes distintas, que varían de acuerdo con el contexto en que son usadas.

**Palabras-Clave:** Variación. Enseñanza. Profesor de lengua materna.

## INTRODUÇÃO

A língua configura um dos bens mais preciosos de um povo. Assim, é pela língua que as relações de poder e dominação se constituem. Ou seja, por meio da língua o sujeito determina seu lugar na sociedade, pois ela tem o poder de incluir ou excluir.

O Brasil é formado por diversas raças e povos, logo torna-se impossível pensar em uma língua única. Com isso, é preciso considerar as diversas formas e variantes, visto que a língua é uma entidade viva e dinâmica.

Desse modo, a escola não pode ser entendida como um local onde se acumulam conhecimentos, mas como um ambiente que possibilita a reflexão. O professor deve atuar como mediador da aprendizagem, respeitando e interagindo com as diferenças étnicas, culturais, sociais e, até mesmo, econômicas dos alunos.

Nesse sentido,

A língua se relaciona com a sociedade porque é a expressão das necessidades humanas de se congregarem socialmente, de construir e desenvolver o mundo. A língua não é somente a expressão da alma, ou do íntimo, ou do que quer que seja, do indivíduo; é acima de tudo, a maneira pela qual a sociedade se expressa como se fosse a sua boca (SIGNORINI, 2002, p. 76-77).

Diante do exposto, é essencial considerar a modalidade linguística que o aluno traz de casa, visto que é por meio desta linguagem que ele estabelece a comunicação. O professor, ao respeitar a linguagem do aluno, permite que ele se aprimore na variedade linguística padrão, valorizada socialmente. Isso possibilitará o educando adequar a linguagem às mais diversas situações sociais, não menosprezando a língua(gem) de origem.

Em geral, a maioria das variedades de fala é considerada como uma maneira “errada” de falar português. Por não reconhecer a variação, as discussões geradas pelo senso comum

são carregadas de preconceitos. Língua e sociedade caminham juntas e possuem uma relação estreita, por isso, a escola não pode tratar a língua como algo intocável e imutável.

O ensino de Língua Portuguesa, voltado para uma prática tradicional, mantém uma ordem social, ora vigente. Contudo, as mudanças no ensino possibilitarão à grande parte da população o direito de expressão. Na verdade, ao considerar a variação linguística em sala de aula, o docente não irá substituir a modalidade linguística do aluno, mas sim possibilitar a experiência com outra modalidade, a saber, a de maior prestígio. Logo, o aluno será respeitado, podendo continuar participando de seu grupo de origem, bem como conseguirá ascensão social.

Portanto, ensinar a Língua Portuguesa a falantes do português não configura uma prática de imposição da língua padrão, provocando na sociedade o complexo da incompetência linguística. Esta prática gera uma alienação no ensino. Cabe, então, ao professor, falante da norma culta, familiarizar o aluno às possibilidades de fala, podendo alterná-las de acordo com a situação.

## **1 UMA ESCOLA TRANSFORMADORA**

Educar, hoje, não é uma tarefa fácil, mas um desafio para muitos docentes. Com as mudanças na sociedade, surge a necessidade de uma escola reflexiva, preocupada com a formação de cidadãos. Nota-se que o cenário social é marcado pela competição, com isso, os métodos de ensinar e aprender precisam ser revisados.

O fracasso escolar, no que tange o ensino de português, cria grandes conflitos. A concepção de que a gramática é essencial para escrever e falar bem gera insegurança por parte de muitos estudantes. Aliado a este problema, ainda existe a cobrança da sociedade por um ensino mediado por regras. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a Língua Portuguesa não propõem tal discussão, uma vez que a sociedade atual é resultado de um ensino mediado pela gramática.

Para Possenti (2006, p. 17), “[...] o papel da escola é ensinar a língua padrão”, possibilitando, ao aluno, a participação em diversas práticas sociais. Contudo, o professor

precisa compreender que a língua tem formas e usos. Cabe, então, ensinar esta língua e permitir que os educandos aprendam e a contextualizem.

A esse respeito, Neves (2002, p. 52) assevera que

A escola tem a obrigação, sim, de manter o cuidado com a adequação social do produto linguístico de seus alunos, isto é, tem que garantir que seus alunos entendam que têm que adequar registros, e ela tem de garantir que eles tenham condições de mover-se nos diferentes padrões de tensões e de frouxidão, em conformidade com as situações de produção. Isso é obrigação da escola, que a escola antiga valorizou tanto, a ponto de ser estigmatizada por isso, e que, em nome da própria linguística, a escola de hoje negligencia.

O uso da língua configura um instrumento de transformação social. Para Soares (1980), tal transformação somente será conseguida com uma escola que possibilite um bidialetalismo funcional. A autora pondera que não se pode substituir a variedade linguística do aluno por uma variedade de prestígio. Deve, sim, permitir que o educando compreenda as relações entre a força e a posição de sua variedade no contexto social.

Assim sendo, pensar em uma proposta pedagógica que abarque uma escola transformadora, com base no bidialetalismo, exige que sejam observadas diferenças entre o dialeto de prestígio e os dialetos populares, não posicionando um como melhor que o outro. Dessa maneira, as camadas populares, ao apropriarem-se do dialeto de prestígio, não o farão com intenção de substituí-lo e, sim, como mais um instrumento de comunicação.

Para Soares (1980, p. 74),

Em primeiro lugar, uma escola transformadora não aceita a rejeição dos dialetos dos alunos pertencentes às camadas populares, não apenas por eles serem tão expressivos e lógicos quanto o dialeto de prestígio (argumento em que se fundamenta a proposta da teoria das diferenças linguísticas), mas também, e sobretudo, porque essa rejeição teria um caráter político inaceitável, pois significaria uma rejeição da classe social, através da rejeição de sua linguagem. Em segundo lugar, uma escola transformadora atribui ao bidialetalismo a função não de adequação do aluno às exigências da estrutura social, como faz a teoria das diferenças linguísticas, mas a de instrumentalização do aluno, para que adquira

condições de participação na luta contra desigualdades inerentes a essa estrutura.

Por fim, uma escola transformadora não considera como correta uma única variedade linguística, tampouco, julga como erradas as demais variedades. Dessa maneira, fatores econômicos, sociais, culturais, políticos e ideológicos contribuem para a diversidade linguística, sendo a escola e as variedades apenas produtos. Enfim, o ensino de língua materna deve ter como objetivo maior proporcionar aos alunos, pertencentes à camada popular, o domínio do dialeto de prestígio.

## 2 A VARIAÇÃO

Ao fazer a distinção entre língua e fala no *Curso de Linguística Geral*, Ferdinand de Saussure sugere a sistematização dos estudos linguísticos com foco na *língua*. No entanto, o autor admite a necessidade de uma linguística da *fala*, com tratamento na heterogeneidade. Em meados dos anos 60, surge a Sociolinguística, com um modelo de pesquisa proposto por William Labov.

Com suas pesquisas, a Sociolinguística contribui para a compreensão da língua por meio da relação com a sociedade. Para tanto, são observados como a língua varia e muda, a partir de contextos e relacionamentos sociais. Gomes (2009, p. 66) esclarece que, na pesquisa sociolinguística, os fatos linguísticos são demonstrados da seguinte maneira:

- As línguas servem para comunicação;
- As línguas estão estreitamente ligadas aos seus usuários;
- As línguas variam;
- As línguas mudam.

A esse respeito, nota-se que o objetivo da linguagem é promover a comunicação. A língua está diretamente interligada ao indivíduo, pertencente a uma cultura e que interage com outras culturas. Logo, a língua configura uma instituição social que se impõe ao indivíduo. Trata-se, portanto, de um elemento de organização social. Entretanto, a fala possibilita a variação, bem como permite que a língua evolua e sofra modificações.

A concepção de que o ensino normativo seria a solução para o problema da crise no ensino de língua materna (LM) ainda é forte entre os docentes. Entretanto, ao postular que “[...] toda língua é heterogênea, dinâmica e variável”, Cox (2008, p. 294) enfatiza que não se pode excluir o ensino da norma culta. Isso porque as normas estão sujeitas a valores, possuem hierarquia e se associam a grupos.

Assim, apesar da heterogeneidade, uma determinada variedade da língua é considerada padrão em detrimento de outras devido a alguns fatores, tais como: o contato das pessoas com a literatura, com a escola ou com os meios de comunicação. Ademais, a escrita exige que haja uma espécie de acordo entre as comunidades que possuem uma língua em comum, para evitar transtornos na comunicação decorrentes de palavras ou expressões que não façam parte do cotidiano de todos os falantes de uma mesma língua.

Como exemplo, podemos citar o recente acordo ortográfico da língua portuguesa, que afetou o sistema da língua escrita no Brasil e nos demais países que possuem o português como idioma, como Portugal. Então, apesar de cada um desses países falar de modos diferentes e possuir seus próprios dialetos, houve a necessidade de sistematizar a escrita para que esses países, onde há falantes de um mesmo idioma, possam se comunicar de forma mais eficiente.

Contudo, a adoção dessa medida não deve desmerecer as variantes não padrão, uma vez que elas também possuem seu espaço nos dialetos típicos de cada região. Por isso, vale ressaltar que o fato de a escola ou a literatura, por exemplo, partirem do uso de uma variante padrão, a variante não padrão não pode ser julgada como inferior ou pior do que aquela que é tomada como referência nesses contextos. Pelo contrário, não há uma variante melhor do que outra, da mesma forma que não existe “a” língua ou uma “boa” língua. O que existe é uma variante adequada para um contexto específico.

Esse mito de que há uma única forma “correta” de falar uma língua é consequência do que Labov (1972, [2008]) chamou de **insegurança linguística**. O autor percebeu isso em um estudo sobre a hipercorreção na fala dos habitantes de Nova Iorque, quando verificou que “os nova iorquinos em geral demonstram um profundo desagrado em relação à fala de Nova

lorque” (LABOV, 2008, p. 162). E isso aconteceu, sobretudo, com os falantes da classe média baixa. Nesse caso, uma fala sem *-r*, que era a forma mais antiga, estava sendo substituída por uma fala com *-r*, considerada de prestígio.

Desse modo, uma consequência da crença de que existe apenas um modo “correto” de se falar uma língua é o desprestígio das variações dialetais. Para exemplificar esse tipo de situação, podemos citar uma das medidas adotadas pelo governo para o ensino de língua portuguesa aos médicos estrangeiros que vieram trabalhar no Brasil, por meio do Programa Mais Médicos. Isso porque eles aprenderiam a variante padrão do português, mas, no contato com os pacientes, eles enfrentavam dificuldades em entender os sintomas relatados, devido ao uso de palavras e expressões específicas da região onde trabalhavam. Em casos como esses, é preciso destacar que, além da variante padrão, os médicos devem aprender, sobretudo, o dialeto falado na comunidade onde eles forem alocados, pois se eles não conseguirem entender o que o paciente disser, tampouco irão resolver o problema dele.

Assim, é preciso compreender o que é padrão e considerar a língua dentro de sua heterogeneidade. Ou seja, os falantes de uma língua podem se expressar de forma diferente para dizer a mesma coisa, o que caracteriza a variação linguística. Por isso, o interesse de Hall, Smith e Wicaksono (2011, p. 25) ao escrever sobre esse rico fenômeno linguístico foi olhar mais de perto “[...] a noção de variação linguística e suas variedades, questionando como algumas delas chegam a ser vistas como ‘padrão’, enquanto outras são vistas como ‘não padrão’ ou ainda como ‘incorretas’”. De acordo com os autores, algumas questões que estão implícitas nessas variedades tornam “[...] a variação linguística uma das questões mais espinhosas que os linguistas aplicados lidam”, a saber: poder, prestígio e identidade.

Hall, Smith e Wicaksono (2011, p. 26) chamam a atenção, ainda, para a “divisão” da língua em uma forma padrão e em suas variantes. Como exemplo, eles citam o inglês “padrão” britânico, do qual partem as “variações aceitáveis” – como o inglês americano –, as que são consideradas “estranhas”, feias” ou “cômicas” – como os dialetos regionais – e as que podem ser avaliadas como “corretas” ou “incorretas” – como o inglês estrangeiro.

Em meio a essas questões, os autores apresentam o mito do “Inglês Monolítico”, que poderia, perfeitamente, ser aplicado ao Português Brasileiro (doravante PB). Segundo Hall, Smith e Wicaksono (2011, p. 27), esse mito possui duas máximas:

- [...] ‘a’ língua inglesa é uma entidade social monolítica, caracterizada pela ‘variedade padrão’ falada por falantes nativos educados;
- os aprendizes do Inglês aprendem e os professores de Inglês ensinam ‘a’ língua inglesa, semelhante ao modo como as ‘próprias’ boas maneiras à mesa devem ser aprendidas, ensinadas e prescritas.

O que os autores apontam para o ensino de uma língua inglesa “padrão” é perfeitamente aplicável ao PB. No caso do Português Brasileiro, sabemos que o português considerado “padrão” é aquele falado em telejornais, por exemplo, em que as marcas<sup>1</sup> de sotaque são apagadas ou neutralizadas em uma tentativa de unificar a variação linguística falada no Brasil. Mais especificamente, no estado de Minas Gerais, os falantes do Triângulo Mineiro carregam uma marca característica e estigmatizada na fala: o /r/ retroflexo, que é tratado por muitos autores como /r/ caipira.

Head (1987) afirma que o emprego da variante retroflexa está associado apenas a pronúncia de falantes com pouca escolaridade e do meio rural. Na verdade, a afirmação do autor só expressa o preconceito que está enraizado na pronúncia dessa consoante. Apesar dessa situação e de previsões feitas de que essa variante do /r/ iria desaparecer, é possível encontrar muitas comunidades que carregam essa marca linguística e que fazem dela parte da sua história e do seu dialeto.

Desse modo, enquanto as escolas se empenham em ensinar aos alunos a norma culta da língua e em mostrar a eles que o modo como falam não é o “correto”, há muitos estudos na área da Sociolinguística e da variação linguística que buscam exatamente o contrário, ou seja, mostrar que essas diferenças existem e que elas devem ser respeitadas.

---

<sup>1</sup> Dentre essas marcas, podemos citar o /r/ retroflexo característico de alguns estados brasileiros ou parte deles, como Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, e a não palatalização das consoantes oclusivas /t/ e /d/ diante de /i/, pois é mais comum encontrar profissionais que falam gen[tʃ]i, em vez de gen[t]i, e [dʒ]ia, em vez de [d]ia, por exemplo.

Dentre os estudiosos dessa área, o mais conhecido deles é William Labov. Ao considerar fatores linguísticos e extralinguísticos (ou sociais) na análise da variação linguística, esse autor revolucionou os estudos que tratam da fala, uma vez que, além do contexto linguístico, o sexo, a idade, o grau de escolaridade e a região onde o informante vive tornaram-se fatores relevantes para a realização de determinada variante linguística.

Ao contrário de Labov (2008), Chomsky (1965) acreditava na existência de um falante-ouvinte ideal, que conhece perfeitamente a sua língua e não é afetado por condições gramaticalmente irrelevantes. Entretanto, o trabalho do sociolinguista tem influenciado bastante o desenvolvimento da Linguística Aplicada (LA), por ir além do ideal analítico de homogeneidade das comunidades de fala.

Labov (2008, p. 220-221) ressalta quatro dificuldades encontradas ao lidar com a fala, a saber:

1. **A agramaticalidade da fala:** segundo o autor, “Houve um tempo em que os linguistas da escola bloomfieldiana declaravam que os falantes nativos nunca cometiam erros”, mas essa percepção, hoje em dia, é totalmente oposta. Na verdade, acredita-se que a fala é repleta de formas agramaticais e que “[...] um *corpus* extraído da língua falada não constitui boa evidência”.

2. **Variação na fala e na comunidade de fala:** Labov (2008, p. 221) afirma que a língua possui palavras e expressões com significados semelhantes para se dizer a mesma coisa e que os falantes podem optar ora por uma ora por outra para se expressar. Para essas expressões e palavras que possuem o mesmo significado, o autor explica que elas têm “o mesmo valor de verdade”.

3. **Dificuldades de ouvir e gravar:** para quem faz pesquisas que envolvem dados coletados por meio da fala sabe como é difícil encontrar um informante disposto a falar diante de um gravador. Além dessa dificuldade, existem outros obstáculos que tornam a gravação ainda mais difícil. Por exemplo, a qualidade do áudio coletado, visto que, geralmente, a gravação não é feita em um local apropriado para esse fim. Então, pode haver muito barulho e interferências externas que afetam o conteúdo gravado.

4. **A raridade das formas sintáticas:** dependendo do fenômeno em estudo, mesmo tendo conseguido os informantes e gravado a fala deles, o pesquisador pode

ter problemas para encontrar os dados que deseja. Por isso, nem sempre a gravação de fala espontânea será o único recurso no qual o estudioso se baseará para compor o *corpus* da sua pesquisa. Outras ferramentas, como um questionário induzido ou um teste de percepção, podem ser muito úteis quando a fala espontânea não puder ser utilizada.

Diante disso, Hall, Smith e Wicaksono (2011, p. 37) afirmam que a Sociolinguística é uma das áreas que mais contribui para a Linguística Aplicada, pelo fato de que “[...] a LA pode entender e contestar o mito monolítico da versão ‘padrão’ das línguas e toda a bagagem prescritivista que vem com ele. Sem isso, estamos inclinados a sermos vítimas da chamada *ideologia da língua padrão*”.

Enfim, é preciso que o professor de língua materna tenha bem definidos alguns conceitos, como: o que é língua, como se dá o seu funcionamento, bem como as implicações políticas e sociais que estão por trás de seus usos. Isso implica reconhecer que todas as línguas variam devido a condicionamentos situacionais que atingem os falantes, como, por exemplo, o momento histórico, a região e o contexto social.

### **3 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA MATERNA E A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA**

Um dos principais problemas com relação ao ensino de língua materna é o pressuposto de que os educandos não sabem português. Em muitos casos, o docente recorre à teoria gramatical e ensina a língua como se estivesse ensinando português para estrangeiros e não para falantes nativos.

Como um falante nativo compreende a língua a qual é exposto e, ainda, a domina dentro de sua modalidade linguística, o educador precisa elaborar a aula buscando conhecer a gramática que o aluno traz internalizada. Deve, portanto, considerar o meio social e as particularidades (regionais e dialetais) da fala de cada um.

Para Saussure (1997, p. 16), “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro”. O lado social da linguagem é chamado, pelo autor,

de *língua*, já o individual de *fala*. Logo, a língua é homogênea por natureza, enquanto a fala é de natureza heterogênea.

A Língua Portuguesa configura uma entidade social. Os falantes nativos adquirem a língua dentro do mesmo sistema linguístico, nomeado como Português Brasileiro. A fala de

O fato de a escola não reconhecer a diversidade do PB faz com que a língua falada não venha de encontro com a norma culta ensinada nesta entidade. Com isso, a linguagem é tida como a culpada pelo fracasso escolar. Para Bagno (1999), a extensão territorial do país não gera as diferenças regionais, mas as diferenças de “status” social. Isso cria certo distanciamento entre os falantes das variedades não padrão do PB e os falantes da variedade culta. A escola precisa romper com alguns paradigmas, reconhecendo a imensa diversidade linguística no Brasil, pois

A escola tenta impor sua norma linguística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os (...) milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização (BAGNO, 2005, p. 15).

Bortoni (2013, p. 53) postula que os livros didáticos, recomendados pelo MEC, oferecem ao professor o tratamento da heterogeneidade linguística de forma politicamente correta, “considerando a equivalência funcional das variedades e rejeitando o chamado “preconceito linguístico” e a avaliação dicotômica entre o certo e o “errado” nos modos de falar e escrever na produção discente”. Todavia, existe uma grande pressão de agências sociais em favor de um ensino voltado para a gramática normativa, defendendo a norma padrão como a única correta.

Em sua formação, o professor precisa refletir sobre a linguagem que não só os alunos usam, como também a linguagem usada por ele. Bortoni (2013) ainda ressalta que a língua configura uma instituição social. Logo, para ser estudada, é preciso uma análise de suas variações, considerando as variáveis extralinguísticas, sociais, econômicas e históricas. Assim, o PB apresenta uma realidade que se justifica pela história do país. Portanto, o educador precisa ter consciência de que todas as modalidades linguísticas têm seu valor.

De acordo com os PCN (1997, p. 26),

A Língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum considerar as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas.

Diante do exposto, o professor de língua materna deve conhecer e valorizar o patrimônio sociocultural do Brasil. Sendo assim, por meio da valorização social da língua, os discentes reconhecem que existem diferentes formas de falar e que todas estas formas apresentam propósitos comunicativos. Cabe, aqui, salientar que os alunos precisam ter suas especificidades sociolinguísticas respeitadas, mas eles têm o direito de aprender as variantes de prestígio.

Em suma, o ensino de língua materna não pode ser trabalhado por meio de memorização de regras gramaticais. Além disso, as normas prescritivas não consideram a evolução da língua. O professor, na verdade, deve tornar o ensino de Língua Portuguesa significativo, ou seja, precisa partir do conhecimento linguístico do aluno, ao invés de limitar o ensino da língua à gramática normativa. Dessa forma, poderá ampliar os conhecimentos dos alunos com relação às variantes, como também orientá-los a usar as diversas variantes de acordo com as situações comunicativas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como destacamos no decorrer desse texto, a variação faz parte da língua e precisa ser respeitada. Ainda que exista uma variante padrão que é ensinada nas escolas e que está bastante associada com a escrita, os dialetos ressaltam a riqueza linguística e as especificidades que constituem uma língua. Com sua imensa extensão territorial, o Brasil também possui uma imensidade de sotaques e dialetos que fazem parte da sua história.

Portanto, ao contrário do que alguns podem pensar, os dialetos não estão relacionados com o erro e, menos ainda, com prejuízos que a língua possa vir a sofrer. Talvez o maior prejuízo seja querer enquadrar todos esses falares em uma forma única e considerada

“correta” e estabelecer uma escala em que eles sejam classificados como piores ou melhores do que outros. Vimos que não há variante melhor ou pior do que outra, mas sim há variantes diferentes, que variam de acordo com o contexto em que são usadas. Assim, não se fala em uma entrevista de emprego do mesmo modo como se fala em um bar com amigos.

Com relação à variação linguística, o papel da LA é “entender que a diferença das línguas não equivale a um déficit linguístico”, além de “[...] proteger as variedades e as línguas, bem como construir a consciência da inevitabilidade e da utilidade da variação” (HALL, SMITH e WICAKSONO, 2011, p. 49).

Assim, conforme os autores,

A variação linguística acontece ou é feita para acontecer em determinados contextos e práticas [...]. Em outras palavras, nós falamos diferentemente para pessoas diferentes, em tempos e lugares diferentes, durante diferentes tipos de atividades, para conseguir resultados diferentes” (HALL, SMITH e WICAKSONO, 2011, p. 48).

Por fim, no ensino de língua materna, o professor precisa repensar sua prática. Cabe, também, utilizar os pressupostos da Sociolinguística para o tratamento da variação, objetivando conscientizar os alunos sobre as diferentes modalidades linguísticas. Desse modo, é preciso compreender que a heterogeneidade linguística está presente, a todo o momento, tanto na escola quanto na vida social de qualquer indivíduo. Logo, muito se tem a refletir sobre as variantes de prestígio social e aquelas que padecem na estigmatização.

Uma educação transformadora somente acontecerá quando não houver uma hierarquia entre os usos de diferentes modalidades linguísticas. Nenhuma variante é melhor que outra. Na verdade, em uma mesma comunidade linguística, existem diferentes formas de dizer a mesma coisa, ou seja, a escolha de uma determinada variedade dependerá da situação de comunicação.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

- BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2005.
- BORTONI, S. M. O tratamento do conceito de relativismo cultural nas séries iniciais da escolarização. In: PEREIRA, R. C. M.; ROCA, M. D. P, (org.). **Linguística Aplicada**: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2013.
- BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CHOMSKY, N. **Aspects of the Theory of Syntax**. Mass.: MIT Press, 1965.
- COX, M. I. P. **O português outro**: entre mães e professoras de Letras. Trab. linguist. apl. [online]. 2008, vol. 47, n. 2, pp. 291-307.
- GOMES, M. L. de C. **Metodologia do ensino de língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- HALL, C. J.; SMITH, P. H.; WICAKSONO, R. Language variation. In: **Mapping Applied Linguistics**: a guide for students and practitioners. New York: Routledge, 2011. p. 25-51.
- HEAD, B. Propriedades fonéticas e generalidade de processos fonológicos: o caso do “r caipira”. **Caderno de Estudos Linguísticos**, n. 13, v. 5, p. 5-39, 1987.
- LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno; Maria Marta Pereira Scherre; Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 391 p.
- NEVES, M. H. de M. A gramática: conhecimento e ensino. In: AZEREDO, J. C. de (org). **Língua portuguesa em debate** – conhecimento e ensino. Petrópolis: Vozes, 2002. p.52-73.
- POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 20. Ed. São Paulo: Cultrix, 1997.
- SIGNORINI, I. **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- SOARES, M. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1980.

***Fernanda Alvarenga REZENDE***

Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em Estudos Linguísticos, pela UFU, em 2013. Graduada em Letras, com Licenciatura Plena em Português e Literaturas de Língua Portuguesa, pela mesma Universidade, em 2010. Foi bolsista de Iniciação Científica no período de 2008 a 2010, sob orientação do Prof. Dr. José S. de Magalhães. É participante do GEFONO (Grupo de Estudos em Fonologia), que está cadastrado no CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e é coordenado pelo Prof. Dr. José S. de Magalhães.

***Giselly de Oliveira LIMA***

Doutora em Estudos linguísticos (UFU), Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia, linha de pesquisa - Teorias e análises linguísticas: estudos sobre léxico, morfologia e sintaxe. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Fonologia, Gramática, Leitura, Literatura e Produção de Textos.

*Recebido em fevereiro/2017 - Aceito em janeiro/2018*